

# DIÁLOGO FEMINISTA NORTE-SUL

Silenciando a Violência Sexual e de Gênero  
na Academia e a Política de Nomear

Setembro 2024



# CONTENTS

---

<b>Apresentando o Diálogo Feminista Norte Sul</b> .....	<b>1</b>
<b>Resumo das principais conclusões</b> .....	<b>2</b>
A importância de nomear os perpetradores ou falar sobre a VSG.....	3
Considerações das sobreviventes ao falar ou nomear os perpetradores .....	3
O papel das listas e registros de perpetradores.....	3
<i>Listas Institucionais de Perpetradores no Ensino Superior</i> .....	3
<b>Revisão da Literatura</b> .....	<b>3</b>
<i>Registros de agressores sexuais no sistema de     justiça criminal em contextos nacionais</i> .....	4
<b>Justiça Transformadora e Nomeação</b> .....	<b>4</b>
<b>Painel 1: Nomeando os perpetradores, falando</b> .....	<b>6</b>
<i>Pedindo que as universidades sul-africanas nomeiem os     perpetradores demitidos por má conduta sexual</i> .....	6
<b>Resumos dos painéis de discussão</b> .....	<b>6</b>
<i>Implicações da implementação de um registro de     agressores sexuais no ensino superior</i> .....	7
<i>Impactos da nova opinião jurídica na África do Sul     sobre se as universidades podem nomear os perpetradores</i> .....	8
<i>Importância de nomear os perpetradores para     responsabilização e justiça?</i> .....	8
<b>Painel 2: Desafios na Publicação Acadêmica</b> .....	<b>9</b>
<i>Antecedentes do evento</i> .....	9
<i>Experiências acadêmicas de desafios na publicação sobre VSG</i> .....	10
<i>A perspectiva de um publicador</i> .....	10
<i>Situando as táticas de silenciamento no contexto</i> .....	11
<i>Mudanças positivas para apoiar a publicação sobre VSG</i> .....	11
<b>Manter me em contacto</b> .....	<b>13</b>
<b>Biografias dos participantes</b> .....	<b>13</b>
Painel 1: Nomeando os perpetradores, falando .....	13
Painel 2: Desafios na Publicação Acadêmica.....	13
<b>Leitura adicional e recursos</b> .....	<b>14</b>
<b>Referências</b> .....	<b>15</b>

# APRESENTANDO O DIÁLOGO FEMINISTA NORTE-SUL

**Adrija Dey**

Na onda de movimentos globais como #MeToo, #RURreferenceList e #NiUnaMenos, estudantes e professores em todo o mundo compartilharam corajosamente histórias de assédio e abuso na academia. No entanto, apesar dos apelos empoderadores para “falar” e “quebrar o silêncio”, as sobreviventes muitas vezes enfrentam uma forte reação das instituições e dos perpetradores. As sobreviventes também enfrentaram desafios significativos ao falar sobre suas experiências de violência sexual e de gênero (VSG), mesmo quando seus relatos são anônimos. Esses desafios refletem o problema mais amplo de sobreviventes sendo silenciadas por meio de acordos de confidencialidade (NDAs) e uso indevido de leis de difamação. Recentemente, embora as questões do uso de NDAs e leis de difamação no ensino superior (ES) tenham recebido atenção significativa, são necessárias discussões mais sutis centradas na sobrevivente para garantir que não continuem a ser silenciadas. Também precisamos de mais discussões sobre a política de nomear os perpetradores com conclusões confirmadas e desenvolver práticas mais transformadoras lideradas pela justiça dentro das universidades que se concentrem em mudanças estruturais e não apenas em medidas punitivas. As implicações desse contexto para a escrita acadêmica sobre VSG, incluindo o trabalho autoetnográfico, também são raramente discutidas pela comunidade acadêmica e pelos editores. Como resultado, nesta edição da série Diálogo Feminista Norte-Sul, queríamos abordar esses debates emergentes.

Este relatório marca a terceira parte da série Diálogos Feministas Norte-Sul: ‘Silenciando a Sexualidade Sexual e a Violência Baseada em Gênero na Academia e na Política de Nomear’. Comecei a série Diálogo Feminista Norte-Sul em 2020 com o objetivo de criar um espaço decolonial, interseccional, feminista e mais seguro, onde sobreviventes, acadêmicos, ativistas e organizadores que trabalham na área de VSG no ensino superior pudessem se reunir além das fronteiras para aprender, apoiar uns aos outros e mostrar solidariedade. A necessidade do workshop surgiu de minha pesquisa e ativismo, que mostrou que grande parte da pesquisa sobre questões de VSG se concentra predominantemente no Norte global, com pouca ou nenhuma troca de conhecimento entre o Norte e o Sul globais. A pesquisa e o ativismo radicais e inovadores que acontecem no Sul global permanecem invisíveis nas conversas globais sobre essas questões. De fato, algumas das questões emergentes que estão sendo discutidas no ES do Norte global já foram discutidas

ou abordadas nas comunidades acadêmicas e ativistas do Sul. Portanto, nesta série, pretendemos interromper os legados coloniais da produção de conhecimento e centralizar as vozes das sobreviventes e daqueles que são empurrados para as margens de nossa sociedade.

A VSG nas universidades é um problema global que requer soluções globais. Para abordar adequadamente a profundidade do problema e conceber soluções plausíveis, é necessário descentralizar e descolonizar a compreensão e a práxis. Em um cenário em que a maioria das instituições de ensino superior em todo o mundo compartilha questões e preocupações semelhantes, restringir o processo de criação de conhecimento com base em evidências empíricas do Norte global cria silos e câmaras de eco. Além disso, é rotina que as pessoas do Sul global sejam ignoradas nas respostas institucionais à VSG, incluindo o apoio à saúde mental, no Norte global, levando à normalização e invisibilização de sua violência. A falta de compreensão e sensibilidade aos contextos culturais, especialmente no caso de estudantes internacionais, juntamente com a falta de sensibilidade a questões relacionadas a raça, classe, casta, religião e status de imigração, leva a formas diferentes e complexas de violência cotidiana.

Da mesma forma, nas instituições do Sul global, questões de raça, classe, casta, gênero e religião são fundamentais para as estruturas hierárquicas e coloniais do ensino superior, tornando esses espaços acessíveis apenas a poucos e extremamente violentos para as comunidades marginalizadas que tentam obter acesso igual a esses espaços. Portanto, há também uma necessidade urgente de troca de conhecimento, colaboração e ativismo sul-sul sobre essa questão. Tendo isso em mente, a cada dois anos, nos reunimos por meio da plataforma Diálogos Feministas Norte-Sul para discutir questões emergentes na área de VSG no ensino superior.

Por meio deste relatório, tentamos compartilhar o conhecimento dos dois painéis online que compuseram esta terceira parte dos Diálogos Feministas Norte-Sul com colegas acadêmicos e ativistas. Essas são conversas emergentes no setor de ensino superior. Por isso, imaginamos esses painéis e este relatório como uma oportunidade de aprender e o início de uma conversa muito mais ampla e contínua.

# RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A seguir estão as principais conclusões de nossos painéis de discussão. Encorajamos você a continuar essas conversas e esperamos que esses painéis ofereçam um espaço para iniciar um diálogo transnacional sobre a política de nomear os perpetradores de VSG nas universidades e os custos associados à manifestação.

- Precisamos ter uma discussão mais sofisticada sobre como nomear os perpetradores de VSG que vá além do binário nomear é bom versus nomear é ruim.
- Redes de sussurros, listas rabiscadas em banheiros, Google Docs e tópicos de e-mail são maneiras pelas quais as sobreviventes historicamente compartilharam informações sobre pessoas que causaram danos na forma de VSG, muitas vezes na tentativa de proteger outras pessoas quando os processos institucionais se mostram insuficientes. Há uma diferença significativa entre uma universidade nomear um perpetrador de VSG por meio de uma lista institucional formal após uma conclusão confirmada em uma investigação universitária versus um sobrevivente nomear alguém que os prejudicou. Dizer que nomear os perpetradores de VSG é um fenômeno novo invisibiliza esses processos que vêm acontecendo há anos.
- Nomear os perpetradores precisa fazer parte de um processo mais longo de justiça transformadora, mas não é um objetivo final em si. Precisamos de soluções de justiça mais transformadoras, nas quais a nomeação pode ser um passo inicial que leva a mudanças estruturais - os registros de criminosos sexuais carcerários não são a solução.
- Além disso, "falar" como um termo nem sempre é nomear o perpetrador individual. Sobreviventes e/ou autores optam por nomear uma disciplina, uma instituição ou uma experiência. Muitas pessoas não querem nomear indivíduos responsáveis por causar danos, mas ainda podem querer escrever sobre sua própria experiência com esse dano ou a resposta da comunidade institucional/disciplinar a ela. Existe o risco de que os perpetradores possam ser identificados ou identificáveis nesta escrita, o que é um desafio que as sobreviventes negociam continuamente ao pensar em como escrever sobre suas experiências.
- Publicar sobre VSG, seja a título pessoal ou relatando experiências de outros sobreviventes, apresenta um risco muito alto para os autores. Esses custos podem ser físicos, mentais ou financeiros.
- As editoras precisam trabalhar proativamente com os autores que escrevem sobre casos de VSG para identificar possíveis problemas (por exemplo, processos por difamação ou calúnia) desde o início. Os autores também podem optar por trabalhar com editoras que tenham um compromisso declarado ou um histórico positivo de trabalho responsável com autores nessa área.
- Ativistas em toda a Europa estão lutando contra ações judiciais abusivas que tentam silenciar as sobreviventes e estão obtendo vitórias na política e nos tribunais, por exemplo, a Coalizão Contra SLAPPs<sup>1</sup> na Europa (CASE).
- Os perpetradores estão usando universidades e editoras acadêmicas como armas contra as sobreviventes, e essas organizações estão sendo involuntariamente pegadas na reação.
- Os perpetradores agora estão armando processos de integridade acadêmica universitária ou má conduta científica, bem como ações judiciais contra editores, como parte do DARVO (Negar, Atacar, Reverter Vítima e Ofensor), um padrão que posiciona os perpetradores de VSG como vítimas e questiona a credibilidade das sobreviventes.<sup>2</sup> Órgãos e escritórios relevantes, como oficiais de proteção de dados e equipes jurídicas, precisam entender essas dinâmicas de retaliação. Ao entender as estruturas de poder mais amplas de retaliação e violência, as universidades e editoras precisam garantir que não estão contribuindo para vitimizar ou silenciar ainda mais as sobreviventes. Editores e instituições não devem concordar com ameaças retaliatórias de supostos perpetradores e seus aliados, e devem reconhecê-las como potencialmente parte de um padrão de comportamento abusivo.
- A nomeação muitas vezes pode servir como um meio de levar as instituições a assumir a responsabilidade, o que muitas não estão neste momento. Falar é muitas vezes o último recurso quando as instituições falham com os sobreviventes. Precisamos olhar para o quadro geral para entender por que as pessoas - e talvez as universidades - se envolvem em falar e o que desejam alcançar com isso.

1 SLAPP significa Ação Judicial Estratégica Contra a Participação Pública.

2 <https://dynamic.uoregon.edu/jjf/defineDARVO.html>

# REVISÃO DA LITERATURA

Esta breve revisão da literatura examina temas relacionados à política de falar em casos de violência sexual e de gênero (VSG) no ensino superior, que exploramos nos dois painéis de discussão do Diálogo Feminista Norte-Sul em março de 2024. Esses temas são: a importância de nomear os perpetradores onde houver conclusões confirmadas contra eles; as considerações dos sobreviventes ao nomear os perpetradores; o papel das listas e registros de perpetradores feitos institucionalmente no ensino superior e além; e se podemos considerar nomear os perpetradores como uma forma de justiça transformadora.

## A importância de nomear os perpetradores ou falar sobre a VSG

Falar sobre experiências de VSG e/ou nomear instituições ou perpetradores envolvidos nessas experiências pode ser um passo significativo para os sobreviventes em sua busca por justiça e cura. O ato de falar ou nomear pode dar voz a pessoas que são silenciadas nas narrativas convencionais (Dey, 2020; dos Santos Bruss, 2019; Subramanian & Sharma, 2022) e desafiam a dinâmica de poder desigual na cobertura de casos de VSG (Banda-Chitsamatanga & Ntlama, 2020). Falar pode indicar questões institucionais maiores, incluindo falta de responsabilidade institucional e culturas que normalizam a VSG, já que essa ação costuma ser o último recurso para muitos sobreviventes (Page et al., 2019; Phipps, 2019; Ryan, 2014; Vemuri, 2018). A nomeação também pode minimizar o risco de os perpetradores mudarem de instituição ou emprego sem responsabilidade (Banda-Chitsamatanga & Ntlama, 2020; Geldenhuis & Lambrechts, 2023; Quirk & Pillay, 2023). Por fim, falar pode promover a ação coletiva, o cuidado e a cura, pois uma pessoa pode inspirar outras a se apresentarem (Quirk & Pillay, 2023; Shankar, 2017; Vemuri, 2018).

## Considerações das sobreviventes ao falar ou nomear os perpetradores

Sobreviventes e ativistas levam muitos fatores em consideração antes de nomear os perpetradores ou falar publicamente sobre tais experiências. Além das considerações centrais sobre sua própria segurança e como falar abertamente pode afetar sua saúde mental (NWLC & KYIX, 2023), muitos pensam em possíveis repercussões legais que podem enfrentar. Muitas sobreviventes também estão atentas aos efeitos de falar sobre seus agressores, especialmente

se elas vierem de uma origem marginalizada (Dey & Mendes, 2022). Para sobreviventes marginalizadas, questões de credibilidade e vulnerabilidade podem vir à tona. Cheng Thom (2017) destaca que, mesmo logo após o momento #MeToo de Hollywood, as pessoas nem sempre acreditam em sobreviventes pobres, mulheres negras e mulheres trans sobreviventes em particular. Outra consideração, muitas vezes não abordada na pesquisa, é saber o que as sobreviventes querem que aconteça com o agressor depois de falarem. Phipps (2019) argumenta que “nomear e envergonhar” (p. 68) geralmente ocorre antes dos apelos por uma resposta intensificada da justiça criminal. Passar por uma resposta da justiça criminal é mais perigoso para certos perpetradores do que para outros: se um perpetrador for marginalizado (por exemplo, negro ou pardo ou pertencente a uma casta inferior), é mais provável que seja preso e condenado e enfrentará violência e possivelmente até morte no sistema prisional; isso, por sua vez, pode impedir que as sobreviventes que discordam dos métodos carcerários falem (Cheng Thom, 2017).

## O papel das listas e registros de perpetradores

### Listas Institucionais de Perpetradores no Ensino Superior

Em um contexto de ensino superior, a literatura sobre listas de perpetradores concentra-se predominantemente na academia indiana com a Lista de Assediadores Sexuais na Academia de Raya Sarkar (LoSHA / The List). Os principais argumentos contra o LoSHA se concentraram na percepção da falta do devido processo, já que os oponentes confundiram o ato de nomear com os perpetradores sendo considerados “culpados” (Chachra, 2017; Menon, 2017). Dey (2020), no entanto, aponta que existe uma falsa dicotomia entre o devido processo legal e os sobreviventes nomeando aqueles que os prejudicaram; muitas pessoas que apoiaram o LoSHA também apoiaram a melhoria dos processos de investigação institucional, mas reconheceram que esses processos não levavam em conta “dinâmicas de poder, hierarquias e ideias de vergonha associadas a qualquer forma de VSG” (Dey, 2020, p. 68). Dey (2020) também destaca que as ativistas feministas têm usado múltiplas abordagens na luta por justiça, inclusive por meio de ação direta (por exemplo, como The List) e por meio de processos institucionais. Estudiosos apontaram como LoSHA indicou culturas institucionais mais amplas que normalizam a violência e a misoginia de gênero, especialmente quando se cruzam com a casta, e falhas nos processos de resposta universitária à violência sexual (Dey, 2020; dos Santos Bruss, 2019; Shankar, 2017). A “Lista de

Estupradores” nos banheiros da Universidade de Columbia (EUA) (Ryan, 2014) e a #RUGReferenceList da Universidade de Rhodes (África do Sul) (Seddon, 2016) também falam sobre essas questões institucionais mais amplas.

### **Registros de agressores sexuais no sistema de justiça criminal em contextos nacionais**

É importante notar a diferença nos contextos de ‘listas’ de perpetradores dentro de uma resposta da justiça criminal e a forma como o termo ‘listas’ foi discutido na série de webinars. Nos webinars, discutimos as listas de duas maneiras: primeiro, redes de sussurros compartilhadas por ativistas e sobreviventes, que compartilhavam detalhes de pessoas que prejudicaram outras pessoas, independentemente de terem passado ou não por uma investigação universitária ou terem sido consideradas responsáveis no final de uma. Em segundo lugar, discutimos listas criadas institucionalmente de perpetradores que passaram por um processo universitário e foram considerados responsáveis pela VSG. No entanto, fora do ensino superior, um terceiro tipo de lista - registros de agressores sexuais - é um veículo mais formal (e carcerário) para nomear os perpetradores. Os registros de criminosos sexuais são listas nacionais que fazem parte do sistema de justiça criminal - com vários graus de disponibilidade pública, dependendo do contexto do país - de pessoas que foram condenadas por uma série de crimes sexuais. Sua presença no registro normalmente vem com restrições sobre seu comportamento, onde podem morar e que tipo de empregos podem ter (Geldenhuis & Lambrechts, 2023; Levine & Meiners, 2020). O tempo gasto no registro normalmente corresponde a sentenças de prisão; nem todo infrator será listado pelo resto da vida, mas o prazo mínimo ainda é geralmente de vários anos (Geldenhuis & Lambrechts, 2023). Nem sempre é esse o caso, pois Levine (2016) observa como mesmo os perpetradores condenados que recebem sentenças relativamente curtas ainda podem acabar no registro de criminosos sexuais por toda a vida. Levine e Meiners (2020) argumentam que a Lei de Registro e Notificação de Criminosos Sexuais dos EUA (SORNA) intencionalmente “criou uma classe permanente de párias criminosos” (p. 51).

Embora os registros de agressores sexuais nos EUA estejam disponíveis publicamente, esse não é o caso em todos os países. O Registro Nacional de Delinquentes Sexuais (NSRO) na África do Sul não é acessível ao público, e Geldenhuis e Lambrechts (2023) perguntam se deveria ser. Eles destacam que a África do Sul tem uma das maiores taxas de crimes sexuais em todo o mundo e argumentam que o conhecimento público dos perpetradores pode servir como um impedimento, mas, por outro lado, reconhecem que um registro teria impactos graves na saúde mental dos perpetradores e em sua capacidade de se reintegrar em suas comunidades após suas sentenças (Geldenhuis & Lambrechts, 2023). No entanto, é crucial não confundir os

registros de agressores sexuais da justiça criminal - conforme descrito acima - com o ensino superior ou outras respostas institucionais ou setoriais. As listas ou registros neste último contexto não têm nenhum status legal formal e geralmente são iniciativas de base organizadas por sobreviventes e ativistas, em vez de programas estatais.

### **Justiça Transformadora e Nomeação**

A questão de saber se nomear os perpetradores da VSG pode ser considerado um ato de justiça transformadora é pouco explorada tanto na literatura. A justiça transformadora, muitas vezes usada de forma intercambiável com a responsabilidade da comunidade, busca responder à violência sem violência ou punição e sem depender do Estado (por exemplo, o sistema prisional, controle de fronteiras, serviços sociais), transformando as relações dentro das comunidades para lidar com danos, fornecer cura e justiça imediatas e trabalhar para desfazer as estruturas maiores que permitem que o dano ocorra em primeiro lugar (BATJC, 2013; Dixon & Piepza-Samarasinha, 2020; Imarisha et al., 2017; Méndez, 2020; Mingus, 2019; Russo, 2019). A justiça transformadora se opõe à justiça punitiva ou justiça retributiva, na qual um indivíduo é punido por violar uma regra ou lei, não por causar danos; essa forma de justiça está intimamente ligada ao sistema prisional (AORTA, s.d.), mas sua lógica carcerária pode se estender às práticas disciplinares universitárias (Méndez, 2020). Em termos de nomear perpetradores, a literatura existente expressa diferentes pontos de vista sobre se este é um exemplo de justiça transformadora, que parece mapear parcialmente a localização: dois estudiosos (Subramanian & Sharma, 2022) analisando a nomeação no contexto do Sul Global afirmam que essa prática era justiça transformadora, enquanto outros estudiosos e escritores do Norte Global argumentam o contrário.

O trabalho de Subramanian e Sharma (2022) sobre LoSHA na academia indiana discute se a nomeação pode ser justiça transformadora. Eles argumentam que, ao nomear os perpetradores em um espaço online acessível, o LoSHA era uma forma de feminismo de justiça transformadora e anti-casta porque centrava mulheres de castas oprimidas muitas vezes ignoradas pelas plataformas tradicionais, focava na proteção contra a violência sexual e se recusava a pedir punição (Subramanian & Sharma, 2022). Se olharmos de forma mais ampla para as discussões sobre nomear perpetradores de violência sexual no Norte Global - especificamente Canadá, Reino Unido e EUA - há alguma resistência à ideia de que nomear perpetradores é justiça transformadora. Escritores como Kai Cheng Thom (2017), Alison Phipps (2019) e Adrienne Maree Brown (2021) pedem soluções coletivas e não punitivas para a VSG e enquadram a nomeação - como um meio de descartar, isolar ou enviar um perpetrador para

a prisão - como um ato carcerário. Tais respostas confundem justiça criminal com respostas de ativistas e sobreviventes, conforme observado acima.

Por outro lado, vários acadêmicos e teóricos do Reino Unido desafiaram as suposições de que falar ou enviar queixas a uma universidade são atos inerentemente carcerários. Tiffany Page, Anna Bull e Emma Chapman (2019) analisam o ato de nomear indivíduos, instituições ou estruturas que causaram danos "como uma forma de ação direta ou uma rota para ativistas que esgotaram todos os meios legais e da sociedade civil à sua disposição e sentem um senso de urgência na necessidade de mudança" (p. 1321). Sara Ahmed (2022) também observa que as pessoas tentam silenciar sobreviventes ou ativistas de reclamar com as universidades chamando essas queixas de "carcerárias"; ela identifica essa (des) identificação como resultado da suposição de que as queixas formais podem envolver uma investigação disciplinar e possivelmente "uma penalidade sendo aplicada por uma autoridade" (n.p.). Para desafiar essa suposição, Ahmed (2022) afirma que muitos sobreviventes que apresentam queixas não o fazem

com o objetivo de punir os agressores, mas sim tentando impedir seu comportamento abusivo. Com base no trabalho de Mariame Kaba (2021), Ahmed (2022) destaca ainda que há uma diferença entre punição e consequências, e que as consequências nas universidades podem envolver a remoção do poder institucional daqueles que abusaram dele e de outros. Uma vez que não há discussão suficiente sobre esse debate tanto no contexto do ensino superior quanto de forma mais ampla, o primeiro painel de nossa série teve como objetivo promover um diálogo mais transnacional sobre essa questão, enquanto o segundo painel examinou como a escrita acadêmica sobre a VSG como forma de falar é afetada pelo clima atual.



# RESUMOS DOS PAINÉIS DE DISCUSSÃO

**Março de 2024**

Para começar a promover a discussão transnacional sobre a política e os riscos de nomear os perpetradores de VSG no ensino superior, o Diálogo Feminista Norte-Sul realizou dois painéis de discussão em março de 2024. Essas discussões examinaram o tema do silenciamento da VSG na academia por meio de duas lentes: nomear os perpetradores e os desafios na publicação acadêmica sobre violência sexual. Em 5 de março, Adrija Dey, Diretora de Intercâmbio Internacional de Conhecimento do The 1752 Group e Pesquisadora Sênior da Universidade de Westminster, organizou um webinar chamado "Silenciando a Má Conduta Sexual na Academia: Nomeando perpetradores, falando", e em 11 de março, Anna Bull, co-diretora do The 1752 Group e Professora Sênior de Educação e Justiça Social na Universidade de York, organizou um webinar chamado "Silenciando a má conduta sexual na academia: desafios na publicação acadêmica". Resumimos os principais pontos desses painéis abaixo.

## **Painel 1: Nomeando os perpetradores, falando**

O painel de 5 de março contou com palestrantes discutindo suas pesquisas e ativismo em torno de nomear (ou não) perpetradores de violência sexual. Os palestrantes foram Joel Quirk, professor de política da Universidade de Witwatersrand, na África do Sul, que pesquisa escravidão e abolição, trabalho e mobilidade, gênero e violência, reparação histórica e história e política da África, e que esteve envolvido com o processo de resposta à violência sexual de Witwatersrand; e Judith Levine, ativista feminista e escritora dos EUA, que recentemente foi coautora - com Erica S. Meiners - do livro, *A feminista e o agressor sexual: confrontando o dano sexual, acabando com a violência do Estado*.<sup>3</sup>

### **Pedindo que as universidades sul-africanas nomeiem os perpetradores demitidos por má conduta sexual**

O painel começou com Joel discutindo a história da resposta à violência sexual na Universidade de Witwatersrand (Wits), incluindo a criação de um Escritório de Equidade de Gênero (GEO) sob medida há dez anos, após um caso público

de VSG na universidade. Ele também discutiu um caso específico de alegações de bullying de gênero contra um gerente sênior por um grande número de reclamantes. Essas alegações culminaram em uma investigação interna de três anos antes de ir para a arbitragem do tribunal trabalhista por mais três anos. Joel descreveu como Wits gastou uma enorme quantia de dinheiro em recursos especializados dentro e fora da universidade, incluindo a contratação de ex-juizes para analisar o caso, mas mesmo quando o tribunal do trabalho confirmou a demissão do acadêmico sênior, Wits não comentou a descoberta ou lembrou a comunidade sobre seus procedimentos de não tolerância e reclamação. Joel também destacou que a relutância institucional em divulgar ou registrar os detalhes do caso e a vitória seguinte foram oportunidades perdidas de estabelecer precedência valiosa. Também levou ao apagamento institucional de anos de trabalho e ativismo por parte de funcionários, estudantes e sobreviventes.

Joel argumentou que, quando as universidades não fornecem um registro oficial dos nomes daqueles que foram demitidos e por que, em casos de VSG, as universidades estão "criando uma ausência" onde mais violência pode surgir.<sup>4</sup> Ele observou que os reclamantes e testemunhas nessas investigações internas da universidade querem poder falar sobre suas experiências. Ainda assim, muitos não têm uma compreensão clara das legalidades em torno de tais divulgações. A ausência de nomear e falar sobre os motivos da demissão dos perpetradores com conclusões confirmadas também pode levar à disseminação de desinformação e fofocas, muitas vezes levando a um ambiente de trabalho hostil para reclamantes e testemunhas. Isso os leva a serem expulsos dos espaços acadêmicos.

Joel argumentou que há várias implicações positivas nas universidades nomeando os responsáveis pela VSG em processos disciplinares internos. A nomeação pode mostrar que, às vezes, os sistemas universitários em vigor para responder à VSG funcionam. Também pode diminuir a possibilidade de alguém ser considerado responsável em uma audiência disciplinar em uma universidade, mas depois se mudar para outra universidade onde as pessoas desconhecem essa descoberta, permitindo que o agressor continue causando danos em um novo ambiente. Ele concluiu que nomear os perpetradores não é uma solução

3 <https://www.versobooks.com/en-gb/products/853-the-feminist-and-the-sex-offender>

4 Você pode ler o artigo de Joel e Karmini Pillay sobre este tópico aqui: <https://mq.co.za/thought-leader/opinion/2023-07-04-sexual-harassers-should-be-named-by-universities/>

total; ele sugere nomear apenas sob condições muito específicas, mas argumentou que, em última análise, não há razão legal no contexto sul-africano para que as universidades não criem registros oficiais de funcionários e alunos que foram demitidos ou expulsos por cometer danos baseados em gênero.

### **Implicações da implementação de um registro de agressores sexuais no ensino superior**

Judith nos exortou a considerar como definimos justiça em casos de VSG nas universidades, perguntando: A justiça é punição ou responsabilidade? Queremos que o perpetrador sofra danos proporcionais ao dano que infligiu a outra pessoa, ou que conheça e compreenda o dano que causou, faça reparos e mude? Ela argumentou que o sistema de punição existente no sistema de justiça criminal nos EUA não permite o último porque os réus precisam negar suas acusações.<sup>5</sup>

Falando sobre a implementação de registros de agressores sexuais nas universidades, Judith perguntou: Quem tem acesso a esta lista? Seria público? Iria para o registro da pessoa para que outras instituições vissem isso se a contratassem? Os alunos veriam essa lista em algum lugar ao entrar na universidade? Ela alegou que, se essa informação estivesse disponível publicamente, criaria um "pária permanente", uma vez que os perpetradores nunca escapariam do rótulo ou de outros saberem sobre esse dano. O principal resultado seria envergonhar os perpetradores, argumentou ela, mesmo que essa não fosse a intenção desses registros. Por outro lado, um princípio fundamental da justiça transformadora é que todos são redimíveis e que não devemos exigir que as pessoas façam as piores coisas que fizeram.

Quase um milhão de pessoas nos EUA são nomeadas em registros de criminosos sexuais on-line de fácil acesso e enfrentam restrições sobre onde podem viver, trabalhar ou até mesmo estar em público. Ao responder à ideia de que os registros de criminosos sexuais mostrariam que a universidade se preocupa e leva a questão a sério, Judith disse que esta é uma questão sistêmica, não apenas "alguns bandidos". Ela defendeu maneiras de alcançar locais de aprendizagem com igualdade de gênero sem respostas carcerárias, como registros.

Judith destacou como um sistema de registro nas universidades afetaria as comunidades marginalizadas. Nas universidades dos EUA, muitos estudantes são levados perante conselhos disciplinares por danos sexuais (geralmente contra mulheres), mas isso é complicado por raça e classe; Ela argumentou que alunos e funcionários marginalizados estão passando desproporcionalmente por esses processos disciplinares. Ela discutiu várias questões que viu nos processos de resposta da universidade. As próprias universidades não querem ficar mal - elas podem

não proteger os perpetradores individuais, mas a presença de um pode representar uma ameaça para toda a universidade. Judith apontou que os painéis disciplinares são compostos por pessoas da mesma instituição que podem ter encoberto décadas de VSG contra os alunos e argumentou que não existe um órgão institucional limpo e imparcial; As pessoas na instituição têm cometido danos e outras as têm protegido.

Relacionada à discussão dos registros, ela também observou as limitações da justiça retributiva, uma forma de justiça que pune um indivíduo por violar uma regra ou lei, que é como o sistema de justiça criminal nos EUA opera e o que um sistema de registro dentro das universidades imitaria. Na justiça retributiva, a pessoa prejudicada não consegue falar. Ela observou que, em sua experiência, as pessoas prejudicadas querem falar com a pessoa / pessoas que as machucaram sobre o que fizeram ou experimentaram. A justiça na forma de demissão ou outras sanções está distante, afirmou ela, da relação entre a pessoa com poder e a pessoa sem poder.

Enquanto Judith afirmou que não há uma distinção clara entre respostas civis e carcerárias, uma vez que socialmente existem muitas semelhanças, Joel argumentou o contrário. Ele respondeu trazendo à tona a distinção entre procedimentos civis e criminais e afirmou que os registros de agressores sexuais são carcerários, mas os procedimentos internos da universidade não são criminais - e, portanto, não podem ser carcerários - embora sejam rigorosos. Ele descreveu que as universidades na África do Sul lidam regularmente com condutas que atenderiam aos padrões de comportamento criminoso (por exemplo, estupro, agressão), mas devido às limitações da força policial e da procuradoria sul-africana, as universidades acabam respondendo a casos que são criminais por meio de procedimentos disciplinares que são civis. As sanções disponíveis para as universidades não se parecem em nada com procedimentos criminais, pois não há registros permanentes ou sentenças de prisão; As sanções mais severas disponíveis são demitir um membro da equipe ou expulsar um aluno. Mesmo quando colegas foram demitidos por má conduta sexual, ele argumentou que isso não é uma exclusão permanente da vida universitária: as pessoas podem ser demitidas, mas depois convidadas a voltar à universidade para dar palestras, podem permanecer colaboradores em projetos de pesquisa e / ou podem manter seus endereços de e-mail institucionais. Ao todo, ele argumentou que as pessoas demitidas ainda podem permanecer em situação regular na universidade.

Judith e Joel também discutiram seus pontos de vista sobre modelos de justiça transformadora de resposta à VSG universitária. Embora Judith fosse uma defensora do trabalho transformador nesse cenário, Joel não estava convencido. Ele descreveu

---

5 Judith escreveu sobre esse assunto em relação ao caso Brock Turner nos EUA: <https://www.bostonreview.net/articles/judith-levine-brock-turner-problem-punishment/>

um remédio menos severo por meio do GEO de Wits: treinamento de sensibilização de gênero, um curso de dez semanas no qual os perpetradores considerados responsáveis pela VSG precisam se reunir com assistentes sociais profissionais na tentativa de mudar seus pontos de vista e comportamento. Joel explicou que essa opção não funciona, pois os perpetradores muitas vezes não acreditam que causaram danos. Esse remédio como forma de justiça transformadora praticada pela universidade foi falho por causa da recusa dos perpetradores em assumir a responsabilidade.

Como praticante de justiça transformadora, Judith argumentou que o treinamento de sensibilização de gênero de Wits não é uma forma de justiça transformadora. Ela disse que a justiça transformadora centra a pessoa que foi prejudicada, que discute o que seria curativo e satisfatório para ela para seguir em frente. Além disso, o perpetrador deve aceitar a responsabilidade para que um processo seja verdadeiramente transformador. Em última análise, o que ela está interessada é no que fazemos com as pessoas depois que elas são consideradas responsáveis por causar danos. Essa troca nos encorajou a questionar o que é e o que não é transformador nas universidades, apesar de como as próprias universidades podem estar enquadrando os processos de resposta à VSG.

No geral, ambos os palestrantes concordaram que os métodos carcerários podem não ser a resposta para alcançar a responsabilidade e a justiça, e precisamos de mais imaginação e intervenções para mudanças culturais e estruturais. As duas principais questões que emergiram dos painelistas e sobre as quais continuamos a refletir foram: 1) como encontramos reconciliação sem verdade? 2) O que acontece depois que uma pessoa com resultados confirmados é nomeada pela universidade? Que mecanismos de justiça transformadora precisam estar em vigor para garantir justiça para os sobreviventes, mudança e reintegração na comunidade para o agressor e maior responsabilidade e transformação da comunidade?

### **Impactos da nova opinião jurídica na África do Sul sobre se as universidades podem nomear os perpetradores**

Joel e colegas da Wits obtiveram um parecer jurídico<sup>6</sup> sobre se, de acordo com as leis de difamação e privacidade na África do Sul, as universidades poderiam ou não nomear publicamente as pessoas consideradas responsáveis após processos disciplinares. Ele descreveu como esse parecer jurídico

afirmava que as universidades deveriam ser capazes de nomear as pessoas consideradas responsáveis pela VSG por meio de processos disciplinares internos, porque é de interesse público e porque uma descoberta já teria sido feita nessa fase. Joel sugeriu que esses pontos podem ajudar a argumentar contra a suposição de que as universidades na África do Sul são incapazes de nomear pessoas que demitiram ou expulsaram por má conduta sexual. Ele afirmou que as universidades precisam enfrentar a realidade de que “podem nomear, mas decidiram não nomear”. Embora existam argumentos sobre em que condições as universidades devem nomear e limites para divulgação, ele enfatizou que não há nenhum argumento geral e não específico afirmando que é impossível nomear os perpetradores nas universidades sul-africanas, portanto, as universidades devem considerar quando e como realizar essa etapa.<sup>7</sup>

### **Importância de nomear os perpetradores para responsabilização e justiça?**

A intervenção de Joel foi focada em uma declaração formal de uma universidade que nomeia alguém que foi demitido e inclui um relato anônimo e cuidadoso do motivo pelo qual eles foram demitidos, o que não identificaria repórteres e testemunhas. Ele argumentou que a nomenclatura já está acontecendo (por exemplo, #RUGReferenceList, notas deslizadas sob as portas, Twitter, etc.), então a questão não é se deve ou não nomear. No entanto, quando um aluno nomeia alguém que cometeu a VSG, essa nomeação pode não resistir ao escrutínio legal, então o aluno se torna vulnerável a um processo de difamação. Em qualquer discussão sobre nomeação, as universidades - como órgãos com departamentos jurídicos - estão melhor posicionadas do que outros atores que já estão envolvidos na nomeação. Ele também mencionou que as instituições que nomeiam pessoas com descobertas confirmadas podem tirar o fardo dos sobreviventes de ter que fazer a nomeação sem nenhuma proteção e muitas vezes levando a uma reação.

Joel enfatizou que pensar em nomear como um ato radical seria um erro, pois é conservador: ele está defendendo a nomeação apenas sob condições muito específicas (ou seja, não no contexto de alegações infundadas e não durante a investigação em andamento, mas somente após uma constatação de responsabilidade ter sido feita). Ele sugeriu que as universidades ofereçam uma descrição geral da má conduta que não identifique as pessoas que não querem se envolver (por exemplo, sobreviventes).

6 <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AFi8yUc8agX5%2Dhc&id=8F07EA5A209D5COD%2112611&cid=8F07EA5A209D5COD&parld=-root&parQt=sharedby&o=OneUp>

7 É importante observar que o contexto legislativo de proteção de dados e privacidade é diferente na África do Sul em relação a muitas outras jurisdições, portanto, não se pode presumir que esses argumentos sejam válidos em um contexto legal diferente. Para uma discussão sobre o equilíbrio dos direitos dos reclamantes com a privacidade das partes respondentes no contexto do Reino Unido, consulte: Cowan, Sharon, Vanessa Munro, Anna Bull, Clarissa DiSantis e Kelly Prince. 'Dados, divulgação e deveres: equilibrando privacidade e proteção no contexto de reclamações de má conduta sexual de estudantes universitários do Reino Unido', Estudos Jurídicos, 2024, pp. 1-20, doi:10.1017/lst.2024.9

Ele fez uma conexão entre as preocupações com o nome e a “simpatia”, o conceito descrito por Kate Manne (2018) em que os perpetradores masculinos de VSG geralmente recebem mais simpatia do que as mulheres que vitimizaram. Joel observou que há uma quantidade desproporcional de preocupação (simpatia) por professores universitários do sexo masculino que podem pagar advogados para lutar em casos universitários, especialmente porque há uma grande taxa de atrito nesses casos. Apenas um pequeno número de pessoas acaba passando por processos disciplinares universitários, e um número ainda menor é considerado responsável. Joel argumentou que a universidade não identificar alguém considerado responsável pela VSG é uma extensão da simpatia e reflete preocupações culturais mais amplas. Embora a nomeação não impeça os abusos institucionais de poder, ele argumentou que ainda é importante contar às pessoas sobre os danos que ocorreram e deixar claro que as pessoas foram responsabilizadas.

Judith se perguntou se seria possível ter um sistema pelo qual, se alguém se candidatasse a um emprego em uma universidade, seria uma exigência da universidade contratante consultar o empregador anterior e verificar se o candidato tem um registro de VSG pelo qual foi considerado responsável.<sup>8</sup> Ela pensou que esse poderia ser o meio-termo, garantindo uma melhor comunicação entre as instituições. Ela argumentou que a proposta de Joel, embora boa, é limitada e precisa ter cuidado com a forma como essas informações podem ser usadas pela instituição para outros fins, especialmente contra pessoas de origens marginalizadas.

Finalmente, referindo-se à Comissão de Verdade e Reconciliação após o fim do apartheid na África do Sul, Joel perguntou se pode haver reconciliação sem verdade. Nomear, portanto, pode ser um processo de responsabilização, no qual as comunidades contam com o conhecimento do dano e buscam encontrar justiça, curar e seguir em frente juntas. No entanto, sem esse processo, nomear pode se tornar um ato carcerário destinado a envergonhar e isolar os perpetradores, tentando removê-los permanentemente de suas comunidades. Portanto, são necessárias soluções de justiça mais transformadoras, nas quais a nomeação pode ser um passo inicial, que leve a mudanças estruturais.

## Painel 2: Desafios na Publicação Acadêmica

O painel de 11 de março contou com palestrantes discutindo os desafios na publicação acadêmica sobre VSG. Essa discussão foi instigada pela Routledge retirando o livro editado, *Má conduta sexual na academia: informando uma ética do cuidado na universidade*, da publicação após receber reclamações relacionadas a um capítulo. Os palestrantes foram Donya Ahmadi, professora assistente de Relações Internacionais na Universidade de Groningen; Alex Petit-Thorne, doutorando em antropologia na Universidade de York, no Canadá; Tom Dark, chefe editorial (livros) da Edinburgh University Press; e Dirk Voorhoof, professor emérito do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Ghent.

### Antecedentes do evento

Anna começou o webinar dando informações sobre o caso Routledge. O livro, *Má conduta sexual na academia: informando uma ética do cuidado na universidade*, foi publicado em março de 2023 pela Routledge (Taylor & Francis Group). Em agosto de 2023, o livro foi retirado da publicação depois que a Routledge divulgou um comunicado dizendo que havia recebido “uma série de ameaças legais de várias partes” em relação a um capítulo (capítulo 12, “The Walls Spoke, but No One Else Would: Autoethnographic Notes on Sexual Power, Gatekeeping within Avant-Garde Academia”, de Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadya Tom). Em setembro de 2023, uma carta aberta assinada por milhares de acadêmicos em todo o mundo pediu que a Routledge republicasse o livro.<sup>9</sup> Em junho de 2024, a Routledge confirmou que retiraria permanentemente o livro da publicação, incluindo 11 outros capítulos que não estavam sujeitos a ameaças legais,<sup>10</sup> apesar de uma investigação independente sobre o centro de pesquisa em questão que resultou em um pedido público de desculpas da universidade às vítimas.<sup>11</sup> Este webinar foi convocado para discutir as implicações e questões decorrentes dessa situação.

8 O Grupo 1752 está fazendo campanha para que as universidades internacionalmente se juntem ao Esquema de Divulgação de Má Conduta, que faz o seguinte: O Grupo 1752 (janeiro de 2024) ‘Nota informativa n° 4: Por que as instituições de ensino superior devem aderir ao Esquema de Divulgação de Má Conduta’ [https://1752group.files.wordpress.com/2024/01/briefing-note-4\\_joining-the-misconduct-disclosure-scheme.pdf](https://1752group.files.wordpress.com/2024/01/briefing-note-4_joining-the-misconduct-disclosure-scheme.pdf) Veja também a cobertura na Nature: Wild, Sarah. 2024. ‘Como parar de “passar pelo assediador”: universidades instadas a aderir ao esquema de compartilhamento de informações’. Natureza, março. <https://doi.org/10.1038/d41586-024-00795-1>.

9 A carta está disponível aqui: <https://www.buqala.org/en/mukanda/open-letter-to-routledge-taylor-francis-group>

10 Declaração da Routledge sobre a retirada do livro: <https://newsroom.taylorandfrancisgroup.com/statement-on-sexual-misconduct-in-academia/>

11 Dixon, Emily, ‘Universidade Portuguesa pede desculpas após alegações de má conduta sexual’, Times Higher Education (THE), 14 de março de 2024 <<https://www.timeshighereducation.com/news/portuguese-university-apologises-after-sexual-misconduct-claims>>

## Experiências acadêmicas de desafios na publicação sobre VSG

Alex e Donya discutiram suas respectivas experiências publicando sobre má conduta sexual e os desafios que enfrentaram como acadêmicos escrevendo publicamente sobre esse assunto. Alex havia escrito um capítulo - intitulado "Má conduta sexual em espaços liminares acadêmicos: reflexões autoetnográficas sobre reclamação e resposta institucional" - no livro de Routledge, agora retirado. Alex explicou que o capítulo era sobre suas experiências de assédio sexual e perseguição como estudante de pós-graduação em uma instituição canadense, e a redação acadêmica foi uma ferramenta importante para trazer essa experiência da "rede de sussurros" para o reino do conhecimento acadêmico formal. Alex descreveu a traição institucional (Smith & Freyd, 2013) que eles experimentaram como resultado da resposta de sua universidade e explicou que escrever este capítulo iria, eles esperavam, deixar os outros saberem que suas experiências não são únicas, mas sim parte de padrões institucionais de violência. Em última análise, eles escreveram este artigo para garantir que respostas institucionais prejudiciais não sejam varridas para debaixo do tapete e para permitir que outros encontrem esse conhecimento no futuro.

Alex descreveu como a retirada do livro de Routledge os afetou. Escrever sobre má conduta sexual é emocional e psicologicamente desgastante para começar, e quando os sobreviventes escrevem sobre suas experiências, Alex explicou, as pessoas podem já ter tentado silenciá-los anteriormente. Ser ainda mais silenciado durante o processo de publicação foi, portanto, desencadeante. Como pesquisadora em início de carreira e estudante de pós-graduação, sua carreira também foi impactada. Eles não podem mais listar o capítulo como uma publicação em seu curriculum vitae e também perderam o tempo dedicado a escrever este capítulo - um problema particular para estudantes de pós-graduação, que têm uma janela limitada para publicar antes de entrar em um mercado de trabalho acadêmico precário. Alex concluiu que a retirada do livro por Routledge enviava uma mensagem preocupante tanto para as sobreviventes quanto para os pesquisadores em início de carreira.

Donya também enfrentou desafios com publicações acadêmicas sobre VSG. Em 2023, ela publicou um artigo acadêmico no Women's Studies International Forum sobre o movimento #MeToo no Irã.<sup>12</sup> Neste artigo, como parte de sua análise mais ampla, ela nomeou um homem que havia sido discutido online durante o movimento #MeToo. Após a publicação, Donya foi submetida a ameaças pessoais de ser processada por difamação; a revista recebeu uma reclamação sobre o artigo e a editora abriu uma investigação; e sua universidade recebeu uma

reclamação sobre seu artigo e, posteriormente, abriu uma investigação disciplinar sobre má conduta científica contra ela.

Essas experiências tiveram um impacto profundo nela; Ela teve que tirar licença médica e descreveu como a situação tem sido horrível em nível psicológico, físico e material. Ela teve que pesquisar as questões legais que sua situação levantou, encontrar e pagar por um advogado e enfrentou reações e retaliações por falar. Ela gastou tempo e energia nessa questão que era extremamente desproporcional às reivindicações levantadas; ela mencionou o homem uma vez em uma única frase, mas essa nomeação (na época do painel em março de 2023) lhe custou três meses de tempo e esforço, milhares de euros em custos legais e um semestre de ensino e pesquisa. Ela descreveu ficar paranóica com tudo o que escreve e dedicar mais tempo e atenção ao revisar seu trabalho para evitar que essa situação ocorra novamente. No entanto, a capacidade de refletir e teorizar essa experiência como estudiosa foi fortalecedora, argumentou ela, pois permitiu que ela analisasse sua experiência e ficasse acima e fora dela, em vez de se sentir uma vítima. Além disso, tendo fornecido mais evidências à revista apoiando a afirmação que ela fez no artigo, ela não foi retirada, ao contrário do capítulo ainda não publicado de Alex.

## A perspectiva de um publicador

O palestrante Tom Dark, da Edinburgh University Press, comentou que não ficou surpreso com o que Alex e Donya experimentaram; Embora as editoras estejam bem equipadas para lidar com questões como plágio e conflito entre autores, parece que agora estão enfrentando um conjunto mais amplo de desafios. Órgãos da indústria, como o Comitê de Ética em Publicações (COPE), ainda não produziram orientações nessa área. Embora, como Tom observou, as acusações de calúnia e difamação contra autores sejam questões com as quais os editores estão mais familiarizados, as respostas variam enormemente em todo o cenário editorial acadêmico; Por exemplo, editoras maiores podem ter departamentos jurídicos internos, mas as menores não.

O contexto mais amplo para as questões levantadas neste webinar, descreveu Tom, é o crescimento exponencial do volume de publicações na indústria nos últimos anos; Os editores podem ter tempo limitado para trabalhar com os autores e entender seu trabalho. Existe o risco, portanto, de que os editores percam de vista seu dever de cuidado com o autor. Ele sugeriu que os editores precisam gastar mais tempo nos passos iniciais da publicação se familiarizando com o trabalho e os possíveis riscos para o autor, para que possam evitar reclamações ou ações judiciais que apareçam mais tarde.

12 Ahmadi, Donya. 2023. 'De pé no topo da carga sexista da sociedade: ativismo de portões e políticas de respeitabilidade feminista no caso do movimento iraniano MeToo'. Fórum Internacional de Estudos da Mulher 99 (julho): 102765. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2023.102765>.

## Situando as táticas de silenciamento no contexto

Há um contexto mais amplo para o silenciamento de acadêmicos e jornalistas que escrevem sobre a VSG, como explicou o palestrante Dirk Voorhoof; organizações e acadêmicos na Europa viram um aumento significativo de ações judiciais abusivas (ou seja, ações judiciais usadas para silenciar ou intimidar pessoas cujas vozes devem ser ouvidas no interesse público) nos últimos quatro a cinco anos. Em 2020, a Coalizão Contra as SLAPPs<sup>13 14</sup> na Europa (CASE) iniciou um programa para coletar mais informações sobre ações judiciais abusivas e responder a elas; Esses processos foram armados contra jornalistas investigativos, ativistas de direitos humanos, ambientalistas, grupos de ação local, acadêmicos e sobreviventes de assédio sexual, e vêm com enormes custos emocionais e financeiros. No site do CASE, existem mais de 820 casos relatados como SLAPPs atualmente.<sup>15</sup>

Em toda a Europa, há uma variação significativa na legislação para combater ações judiciais abusivas: em muitos países da UE, não há noção de SLAPP ou definição de ação judicial abusiva. O Parlamento Europeu, no entanto, votou para iniciar uma política anti-SLAPP no nível dos estados membros, e os estados membros terão dois anos para implementar essa política.<sup>16</sup> Dirk defendeu a necessidade de lutar contra ações judiciais abusivas para proteger a democracia e defender a liberdade acadêmica e jornalística. Isso segue a posição do Tribunal Europeu de Direitos Humanos de que, nas democracias, as pessoas não devem ter medo de compartilhar ideias e informações, e a sociedade deve estar aberta à discussão e críticas.<sup>17</sup> Dirk observou a necessidade de jurisprudência como apoio adicional para denunciante e outras pessoas vulneráveis que falam a verdade ao poder. No entanto, ele descreveu sentir-se positivo sobre a direção do trabalho para lidar com ações judiciais anti-abusivas na Europa.

## Mudanças positivas para apoiar a publicação sobre VSG

Pegando no tema da mudança positiva, Anna perguntou ao painel o que precisa mudar e que apoio acadêmicos e sobreviventes precisam para poder publicar nessa área. Alex descreveu uma experiência positiva de publicação acadêmica sobre experiências de VSG em contextos universitários, com a revista Antropológico. Os editores da revista foram muito práticos para garantir que quaisquer riscos fossem mitigados e para apoiar Alex. É notável que uma prioridade para Antropológico é o desenvolvimento de carreira para pesquisadores em início de carreira; de acordo com isso, os editores ofereceram suporte extra para garantir que Alex, como estudante de pós-graduação, pudesse publicar seu trabalho, e Alex se sentiu muito apoiada durante todo o processo.

Alex também discutiu seu trabalho recente no Grupo de Trabalho de Política de Assédio Sexual da American Anthropology Association. Cerca de uma dúzia de periódicos emblemáticos publicam sob os auspícios desta Associação, incluindo alguns dos maiores periódicos. O grupo de trabalho adicionou recentemente uma disposição à política de assédio sexual da Associação que diz que esses periódicos não publicarão o trabalho de autores que violaram as políticas institucionais de violência sexual. Esse movimento mostra um compromisso crescente com as práticas éticas de publicação da sociedade profissional.

Para Donya, um problema era o armamento de processos disciplinares ou de integridade científica. Ela argumentou que sua experiência mostrou como eles poderiam ser usados para punir pessoas que falaram sobre tópicos de interesse público, da mesma forma que Dirk descreveu ações judiciais abusivas sendo usadas. Ela destacou a relativa falta de direitos e proteção para sobreviventes em processos institucionais - em oposição a extra-institucionais; ser um membro efetivo da equipe na Holanda com economias suficientes para pagar um advogado deu a ela o privilégio de lutar contra as alegações, o que seria muito menos possível para aqueles com status migratório incerto, com contratos precários ou em outras posições vulneráveis. Em termos de caminhos a seguir, ela comentou que já trabalhou com editoras independentes ao publicar trabalhos mais radicais. No entanto, receber ameaças legais pode ser ainda mais desafiador para essas editoras independentes do que para grandes editoras (como a Routledge), porque elas podem não ter recursos financeiros ou legais para combatê-las.

13 SLAPP significa Ação Judicial Estratégica Contra a Participação Pública.

14 <https://www.gov.uk/government/consultations/strategic-lawsuits-against-public-participation-slapps/outcome/strategic-lawsuits-against-public-participation-slapps-government-response-to-call-for-evidence>

15 <https://www.the-case.eu/>

16 <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20231127IPR15434/anti-slapp-meps-reach-deal-with-member-states-to-defend-critical-voices>

17 [https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/seminar\\_background\\_paper\\_2023\\_eng-1?download=true](https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/seminar_background_paper_2023_eng-1?download=true)

Tom enfatizou que muitas editoras querem publicar trabalhos críticos. Para isso, ele argumentou que é possível que as editoras trabalhem com os autores para tentar minimizar os riscos sem comprometer a mensagem do trabalho. Para fazer isso, a transparência e a confiança entre editores e autores são fundamentais.

De fato, Dirk argumentou, as editoras não devem temer ações judiciais abusivas porque tais processos geralmente são vencidos pelo réu. De forma mais geral, as editoras devem considerar a proporcionalidade ao responder a ações judiciais abusivas. A resposta da Routledge de retirar um livro inteiro com base em reclamações contra um único capítulo é um exemplo de resposta desproporcional; Ele argumentou que eles tinham outras opções abertas para eles, como adicionar uma nota no site do livro para alertar os leitores sobre o fato de que reclamações foram recebidas sobre pontos em um capítulo, enquanto exploravam caminhos a seguir. As instituições de ensino superior também precisam apoiar o pessoal acadêmico e os alunos de pós-graduação na publicação; ele sugeriu que as universidades deveriam construir apoio legal e financeiro para lutar contra as SLAPPs. Dirk também instou os acadêmicos a se envolverem no movimento anti-SLAPP na Europa e a se envolverem com o CASE.

Donya e Alex discutiram o apoio que receberam ao lidar com esses problemas. Donya teve muito apoio por meio do movimento de mulheres iranianas e de estudantes e colegas de sua universidade, principalmente em uma petição criada por seus alunos. Esta petição resultou em muitos de seus colegas discutindo seu caso e apoiando-a<sup>18</sup>; Esse apoio público foi um ponto de virada para ela, porque a confidencialidade exigida pela universidade durante sua investigação a havia isolado e a feito sentir vergonha. Mesmo com suas redes de apoio, no entanto, ainda levou algum tempo para acessar um advogado que entendesse sua situação.

Alex também teve o apoio de colegas, e, eventualmente, do público. Esse apoio público foi crucial para eles, mas eles reconheceram que o ativismo pode ter um custo para os envolvidos. Como Donya, Alex conseguiu acessar um advogado, mas reconheceu que nem todos conseguem. As instituições, no entanto, são mais propensas a ter recursos para combater esses casos. Alex instou as universidades a levarem esses riscos a sério, a protegerem funcionários e alunos de pós-graduação e aqueles que os apoiam e a oferecerem apoio material em casos de litígio.

---

18 Cobertura do caso de Donya no jornal da universidade de Groningen: <https://ukrant.nl/integrity-investigation-into-arts-lecturer-ug-calls-her-situation-particularly-unpleasant/?lang=en>

# MANTER ME-EM CONTACTO

Se você gostaria de receber atualizações sobre o relatório desta série de webinars e a gravação do webinar anterior, inscreva-se na lista de discussão do Grupo 1752 e na lista de discussão do projeto FemIDEAS.

## BIOGRAFIAS DOS PARTICIPANTES

### Painel 1: Nomeando os perpetradores, falando

- **Presidente: Adrija Dey** é Diretora de Intercâmbio Internacional de Conhecimento do The 1752 Group, Pesquisadora Sênior da Universidade de Westminster e PI do projeto FemIDEAS - Descolonizando a Violência Sexual e de Gênero no Ensino Superior.
- **Joel Quirk** é professor de política na Universidade de Witwatersrand, pesquisando escravidão e abolição, trabalho e mobilidade, gênero e violência, reparo histórico e história e política da África. Seu trabalho mais recente, co-editado com Annie Bunting e Allen Kiconco, é intitulado Pesquisa como mais do que extração: produção de conhecimento e violência de gênero nas sociedades africanas (Ohio, 2023).
- **Judith Levine** é uma jornalista e ativista feminista dos EUA, escritora colaboradora do Intercept e autora de cinco livros, o mais recente dos quais é The Feminist & the Sex Offender: Confronting Sexual Harm, Ending State Violence, em coautoria com Erica S. Meiners.

### Painel 2: Desafios na Publicação Acadêmica

- **Presidente: Anna Bull** é codiretora do The 1752 Group e professora sênior de Educação e Justiça Social na Universidade de York.
- **Donya Ahmadi** é professora assistente de Relações Internacionais na Universidade de Groningen. Sua pesquisa aborda uma crítica feminista interseccional do nacionalismo iraniano e ela publicou amplamente sobre este e outros tópicos relacionados em revistas acadêmicas e em outros lugares.
- **Alex Petit-Thorne** é doutoranda em antropologia na Universidade de York, Toronto. Sua pesquisa se concentra na construção de comunidades queer e na violência de gênero, e eles escreveram um capítulo intitulado 'Má conduta sexual em espaços liminares acadêmicos: reflexões autoetnográficas sobre reclamação e resposta institucional' no agora retirado livro de Routledge Má conduta sexual na academia.
- **Tom Dark** é chefe editorial (livros) da Edinburgh University Press. Anteriormente, ele foi Editor Sênior de Comissionamento da Manchester University Press, responsável pelas ciências sociais e história, e trabalhou para a Emerald Publishing.
- **Dirk Voorhoof** é professor emérito do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Ghent e membro da Legal Human Academy, do Centro Europeu para a Liberdade de Imprensa e Mídia (ECPMF) e da rede global de especialistas da FOE&I Columbia na Universidade de Columbia, em Nova York. Tem um amplo envolvimento no aconselhamento do Conselho da Europa em relação ao direito dos meios de comunicação social e à liberdade de expressão, e participa na CASE, a Coligação Contra as SLAPPs na Europa.

# LEITURA ADICIONAL E RECURSOS

Global Freedom of Expression. (n.d.). Tölle v. Croatia. Global Freedom of Expression, Columbia University. Retrieved June 3, 2024, from <https://globalfreedomofexpression.columbia.edu/cases/tolle-v-croatia/>

Gray, Mandi. 2024. Suing for Silence: Sexual Violence and Defamation Law. Law and Society. University of British Columbia Press.

Høedt-Rasmussen, I., & Voorhoof, D. (2021, January 5). Insulting Accusation of Domestic Violence. Strasbourg Observers. <https://strasbourgobservers.com/2021/01/05/insulting-accusation-of-domestic-violence/#more-5013>

Levine, J. (2016, June 16). The Problem of Punishment. Boston Review. <https://www.bostonreview.net/articles/judith-levine-brock-turner-problem-punishment/>

Levine, J., & Meiners, E. R. (2020). Punishment and "Management": The Sex Offender Registry. In *The Feminist and The Sex Offender: Confronting Sexual Harm, Ending State Violence* (pp. 43-52). Verso Books.

Macfarlane, Julie. 2021. *Going Public: A Survivor's Journey from Grief to Action*. Toronto, ON: Between the Lines.

National Women's Law Center, & Know Your IX. (2023). *Survivors Speaking Out: A Toolkit About Defamation Lawsuits and Other Retaliation By and For People Speaking Out About Sex-Based Harassment*.

Pauly, Madison. n.d. 'She Said, He Sued: How Libel Law Is Being Turned against MeToo Accusers'. Mother Jones (blog). Accessed 24 February 2020. <https://www.motherjones.com/crime-justice/2020/02/metoo-me-too-defamation-libel-accuser-sexual-assault/>.

Quirk, J., & Pillay, K. (2023). Sexual harassers should be named by universities. Retrieved July 7, 2023, from <https://mg.co.za/thoughtleader/opinion/2023-07-04-sexual-harassers-should-be-named-by-universities/>

Robinson, Jennifer, and Keina Yoshida. 2023. *How Many More Women?: The Silencing of Women by the Law and How to Stop It*. Endeavour.

Voorhoof, D. (2023, September 25). Academic censorship on sexual harassment. Legal Human Academy. <https://legalhumanacademy.org/academic-censorship-on-sexual-harassment/>

Voorhoof, D. (2024, January 23). Sexual harassment and a victim's right to freedom of expression. Legal Human Academy. <https://legalhumanacademy.org/sexual-harassment-and-a-victims-right-to-freedom-of-expression/>



# REFERÊNCIAS

- Ahmed, S. (2022, June 8). *The Complainer as Carceral Feminist*. Feministkilljoys. <https://feministkilljoys.com/2022/06/08/the-complainer-as-carceral-feminist/>
- Anti-Oppression Resources and Training Alliance. (n.d.). Punitive, Restorative, and Transformative Justice: The Basics. In [aortacollective.org](http://www.aortacollective.org). <http://www.creative-interventions.org/>
- Bay Area Transformative Justice Collective. (2013). *Transformative Justice and Community Accountability*.
- Banda-Chitsamatanga, B., Ntlama, N., & Chair, O. T. (2020). Is naming and shaming the perpetrator of sexual violence a sacrilege? The nascent voices of senior female students at a South African university. *Gender & Behaviour*, 18(3), 16399–16413.
- brown, adrienne maree. (2021, January 25). On Cancel Culture, Accountability, and Transformative Justice. *Literary Hub*. <https://lithub.com/on-cancel-culture-accountability-and-transformative-justice/>
- Chachra, M. (2017, October 27). *Naming sexual harassers without due process is mob justice*. Asia Times. <https://asiatimes.com/2017/10/naming-sexual-harassers-without-due-process-mob-justice/>
- Cheng Thom, K. (2017, November 30). #NotYet: Why I Won't Publicly Name Abusers. *Guts Magazine*. <http://gutsmagazine.ca/notyet/>
- Dey, A. (2020). 'Me Too' and the 'List' - Power Dynamics, Shame, and Accountability in Indian Academia. *IDS Bulletin*, 51(2), 63–80. <https://doi.org/10.19088/1968-2020.130>
- Dey, A., & Mendes, K. (2022). 'It started with this one post': #MeToo, India and higher education. *Journal of Gender Studies*, 31(2), 204–215. <https://doi.org/10.1080/09589236.2021.1907552>
- Dixon, E., & Piepzna-Samarasinha, L. (2020). Be Humble: An Interview with Mariame Kaba. In E. Dixon & L. L. Piepzna-Samarasinha (Eds.), *Beyond Survival: Strategies and Stories From the Transformative Justice Movement*. AK Press.
- dos Santos Bruss, S. M. (2019). Naming and shaming or "speaking truth to power"? On the ambivalences of the Indian "list of sexual harassers in academia" (LoSHA). *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, 19(4), 721–743.
- Geldenhuys, K., & Lambrechts, B. D. (2023). Naming and shaming sex offenders: The register for sex offenders. *Servamus Community-Based Safety and Security Magazine*, 116(5), 28–31.
- Imarisha, W., Gumbs, A., Piepzna-Samarasinha, L. L., brown, adrienne maree, & Mingus, M. (2017, April 20). The Fictions and Futures of Transformative Justice. *The New Inquiry*. <https://thenewinquiry.com/the-fictions-and-futures-of-transformative-justice/>
- Kaba, M. (2021). *We Do This 'Til We Free Us: Abolitionist Organizing and Transforming Justice*. Haymarket Books.
- Levine, J. (2016, June 16). *The Problem of Punishment*. Boston Review. <https://www.bostonreview.net/articles/judith-levine-brock-turner-problem-punishment/>
- Levine, J., & Meiners, E. R. (2020). Punishment and "Management": The Sex Offender Registry. In *The Feminist and The Sex Offender: Confronting Sexual Harm, Ending State Violence* (pp. 43–52). Verso Books.
- Manne, K. (2018). *Down Girl: The Logic of Misogyny*. Oxford University Press.
- Méndez, X. (2020). Beyond Nassar: A Transformative Justice and Decolonial Feminist Approach to Campus Sexual Assault. *Frontiers: A Journal of Women Studies*, 41(2), 82–104. <https://doi.org/10.1353/fro.2020.a765266>
- Menon, N. (2017, October 24). *Statement by Feminists on Facebook Campaign to "Name and Shame"*. Kafila. <https://kafila.online/2017/10/24/statement-by-feminists-on-facebook-campaign-to-name-and-shame/>
- Mingus, M. (2019, January 11). *Transformative Justice: A Brief Description*. TransformHarm. [https://transformharm.org/tj\\_resource/transformative-justice-a-brief-description/](https://transformharm.org/tj_resource/transformative-justice-a-brief-description/)
- National Women's Law Center, & Know Your IX. (2023). *Survivors Speaking Out: A Toolkit About Defamation Lawsuits and Other Retaliation By and For People Speaking Out About Sex-Based Harassment*.
- Page, T., Bull, A., & Chapman, E. (2019). Making Power Visible: "Slow Activism" to Address Staff Sexual Misconduct in Higher Education. *Violence Against Women*, 25(11), 1309–1330.

Phipps, A. (2019). The Fight Against Sexual Violence. *Soundings*, 71(71), 62-74. <https://doi.org/10.3898/soun.71.05.2019>

Quirk, J., & Pillay, K. (2023). *Sexual harassers should be named by universities*. Retrieved July 7, 2023, from <https://mg.co.za/thoughtleader/opinion/2023-07-04-sexual-harassers-should-be-named-by-universities/>

Russo, A. (2019). *Feminist Accountability: Disrupting Violence and Transforming Power*. New York University Press.

Ryan, E. G. (2014, May 13). "Rapist List" Mysteriously Appearing in Columbia University Bathrooms. Jezebel. <https://jezebel.com/rapist-list-mysteriously-appearing-in-columbia-universi-1575660992>

Seddon, D. (2016, May 30). "We will not be Silenced": Rape Culture, #RUDenialist, and the University Currently Known as Rhodes. Rhodes University. <https://www.ru.ac.za/perspective/2016archives/deborahseddon.html>

Shankar, K. (2017, October 25). *Why I Published A List Of Sexual Predators In Academia*. BuzzFeed. <https://www.buzzfeed.com/karthikshankar/why-i-published-a-list-of-sexual-predators-in-academia>

Smith, C. P., & Freyd, J. J. (2013). Dangerous safe havens: institutional betrayal exacerbates sexual trauma. *J. Trauma. Stress*, 26(1), 119-124.

Subramanian, S., & Sharma, R. (2022). Toward an Anti-Caste and Feminist Vision of Transformative Justice: Analyzing Social Media Activism Against Sexual Violence. *Women's Studies in Communication*, 45(4), 465-481. <https://doi.org/10.1080/07491409.2022.2135948>

Vemuri, A. (2018). "Calling Out" Campus Sexual Violence: Student Activist Labors of Confrontation and Care." *Commun Cult Crit*, 11(3), 498-502.

